



PELA PARTICIPAÇÃO
EM IGUALDADE
**GARANTIR O EXERCÍCIO
DOS DIREITOS
DAS MULHERES**

8 de Março 2002
DIA INTERNACIONAL
DA
MULHER

A CDU saúda as mulheres portuguesas na passagem do 8 de Março - Dia Internacional da Mulher - e assume o compromisso de continuar a lutar na Assembleia da República pela garantia do exercício dos direitos das mulheres e sua participação em igualdade. O 8 de Março é uma data indissoluvelmente ligada à luta de gerações de mulheres pela conquista do direito à igualdade, pela justiça social, pela democracia e pela Paz.

No próximo dia 17 de Março as mulheres têm uma oportunidade, com a sua participação neste acto eleitoral de, com o seu voto, darem um claro sinal da urgência de uma mudança política, que tenha expressão concreta numa melhoria da sua qualidade de vida e de trabalho, na participação em igualdade em todos os domínios da sua vida. É imperioso que, no momento de votar, se avalie o comportamento de cada partido na Assembleia da República e no Governo. Já basta de promessas eleitorais não cumpridas. É necessário que as mulheres exerçam plenamente o direito à igualdade consagrado nas leis.

Em muitos outros momentos, que não apenas eleitorais, dirigimo-nos às mulheres portuguesas. Estimulamos e apoiamos, todos os dias, a luta das mulheres pela sua participação, sem discriminações ou constrangimentos.

Nesta comemoração do Dia Internacional da Mulher dirigimo-nos às mulheres portuguesas, para afirmar com verdade: **Não somos iguais aos restantes partidos!** Assumimos as nossas responsabilidades dando voz aos problemas e anseios das mulheres, honrando os nossos compromissos eleitorais, prestando contas da acção desenvolvida nos órgãos de poder onde participamos, e na acção social e política de todos os dias.



Há boas razões

**para votar CDU
no dia 17 de Março**

É importante ter em conta que estas eleições não vão eleger um Primeiro Ministro, mas sim eleger 230 deputados para a Assembleia da República.

A opção de voto não deve ser decidida em função da mera resposta à pergunta de quem pode ganhar ou qual o partido mais votado. É decisivo saber quantos deputados é que cada partido elege e que maioria se formará na Assembleia da República. Os votos dados à CDU e os deputados que a CDU eleger serão sempre votos e deputados que a direita não terá, contribuindo sempre, para que a direita fique em minoria na Assembleia da República e seja derrotada.

Com o voto na CDU dá-se força a uma política que promova o trabalho com direitos e que, combatendo a precariedade laboral, garanta a estabilidade de emprego, a elevação do nível de salários, o combate às discriminações salariais, a igualdade de progressão nas carreiras profissionais.

Com o voto na CDU haverá, na Assembleia da República, um firme combate às discriminações no trabalho, na família e na participação social e política, e dá-se força à exigência de uma política de esquerda, que permita o exercício dos direitos das mulheres consagrados na lei.

Com o voto na CDU dá-se força à exigência de implementação do planeamento familiar, da educação sexual nas escolas, ao combate ao flagelo do aborto clandestino e à aprovação de uma lei que despenalize o aborto até às 12 semanas, a pedido da mulher, para salvaguardar uma maternidade consciente.

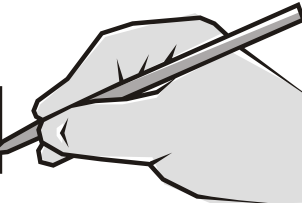


MULHER

DIA 17

VOTA CDU

e sente a diferença do teu voto



Sempre na defesa dos direitos das mulheres

A CDU marca a diferença

Destacando-se por uma importante iniciativa política na Assembleia da República, recorda-se que foram aprovadas importantes leis por iniciativa do PCP, nomeadamente:

- Proibição da discriminação salarial dos(as) jovens na fixação do salário mínimo nacional;
- Garantia de direito à igualdade de tratamento no trabalho e no emprego e reforço dos mecanismos de fiscalização e punição de práticas laborais discriminatórias em função do sexo;
- Alteração do regime jurídico dos contratos a prazo, combatendo a precariedade de emprego;
- Protecção da maternidade-paternidade como função social;
- Direito do pai assistir ao parto hospitalar;
- Direito da mãe/pai acompanhar filho(a) hospitalizado;
- Criação de uma licença especial a menores portadores de deficiência profunda;
- Acesso ao planeamento familiar e à educação sexual;
- Medidas de apoio às mães e pais adolescentes;
- Adopção de medidas de protecção das uniões de facto;
- Direitos das associações de mulheres;
- Reforço de medidas de protecção às mulheres vítimas de violência.

Entretanto outros importantes projectos de lei do PCP foram rejeitados pelos votos contra do PS, do PSD e do CDS-PP:

- Interrupção voluntária da gravidez;
- Direito de acesso das mulheres à reforma aos 62 anos, com liberdade de opção;
- Alteração do regime dos despedimentos colectivos;
- Actualização das pensões mais degradadas da função pública e do aumento extraordinário de 3 mil escudos para as pensões mínimas da segurança social.



O Partido Ecologista “Os Verdes” viu aprovados os seguintes projectos-lei:

- Acompanhamento Familiar de deficientes;
- Alargamento dos direitos das pessoas cuja família se constitui em união de facto;
- Alteração à Lei 7/93, de 1 de Março: Estatuto dos deputados - Lei da maternidade e da paternidade;
- Criação da rede pública de casas de apoio às mulheres vítimas de violência;
- Alteração da Lei 135/99, de 28 de Agosto: adopta medidas de protecção da união de facto;
- Investigação de paternidade-maternidade - alteração de prazos. Aprovado na generalidade. (Com a dissolução da AR ficou suspenso).

Pelo cumprimento dos direitos das Mulheres

O PCP lutará na Assembleia da República
pelos seguintes compromissos:

No trabalho e na família

- redução do horário de trabalho para 35 horas semanais sem perda de direitos;
- garantia do respeito pela aplicação dos direitos ligados à maternidade-paternidade e ao seu alargamento (nomeadamente reforço da protecção das trabalhadoras contratadas a termo, dos pais e mães com filhos deficientes, licença especial para acompanhamento de criança prematura);
- expansão da rede pública de estabelecimentos de educação e ensino, nomeadamente das creches e do pré-escolar;
- incremento do apoio social escolar às famílias de mais fracos recursos;
- expansão da rede pública de equipamentos e apoios a pessoas idosas e a pessoas com doenças crónicas, sem autonomia ou com um nível de autonomia reduzido, acessível às famílias de menores recursos.

Saúde sexual e reprodutiva

- medidas efectivas visando a implementação das leis sobre educação sexual nas escolas, fornecendo aos jovens uma informação adequada e responsável sobre sexualidade;
- reforço e alargamento das consultas e gratuidade dos meios de planeamento familiar, garantia de acesso em tempo útil à contracepção de emergência;
- despenalização da interrupção voluntária da gravidez, a pedido da mulher, até às 12 semanas para salvar uma maternidade livre e consciente;
- possibilidade das mulheres que fizeram mastectomia poderem, através do Serviço Nacional de Saúde, efectuar uma cirurgia reconstrutiva mamária.

Violência, tráfico de mulheres e prostituição

- medidas que protejam as mulheres vítimas de violência, nomeadamente a criação de serviços de apoio e casas de abrigo públicos dotados de recursos;
- promoção e implementação de programas de acção contra o tráfico de mulheres, a prostituição e a pornografia;
- medidas de apoio às mulheres vítimas de prostituição visando a sua inserção social.



No plano institucional, participação social e política

- criação do Instituto da Igualdade e Direitos da Mulher, como solução jurídica e institucional mais adequada a uma intervenção mais ampla, consistente e transversal, integrando os diversos organismos dispersos;
- criação de um Observatório destinado a acompanhar os aspectos da imagem das mulheres nos meios de comunicação social e outros sistemas de comunicação e conteúdos publicitários;
- aprovação de uma resolução, sobre medidas de reforço da participação cívica e política das mulheres.



Sabia que...

1 Os Governos do PS fizeram muitos discursos pelos direitos das mulheres?

Estes discursos não visaram garantir o efectivo exercício dos direitos consagrados na lei mas para desviar as atenções das profundas consequências das políticas por eles desenvolvidas, que agravaram os principais problemas que afectam a grande maioria das portuguesas. **Aumentaram as discriminações das trabalhadoras - com as suas capacidades produtivas a serem utilizadas não para a promoção da igualdade de direitos e de oportunidades, mas para satisfazer as «necessidades» do mercado e a sua lógica de lucro.**

Portugal é um dos países da União Europeia com maior taxa de actividade feminina, e aquele onde mais cresceu a discriminação salarial entre mulheres e homens. **A precariedade e o desemprego acentuam-se como fenómenos constantes, afectando especialmente as mulheres. As jovens são fortemente penalizadas no acesso ao trabalho e estão sujeitas a diversas formas de exploração.** O PS insiste na alteração da legislação laboral, com propostas que representam profundos retrocessos nos direitos das mulheres, na imposição da generalização do trabalho a tempo parcial e na perda de dias de férias por motivo de doença e assistência à família.

Os Governos do PS não cumpriram os direitos das mulheres trabalhadoras. E o PSD e o CDS-PP em nenhuma circunstância exigiram o cumprimento das leis que salvaguardam esses direitos.

2 Parecendo que todos os partidos estão preocupados com a defesa da maternidade, crescem as limitações ao cumprimento dos direitos a ela associados?

Na prática o PSD e o CDS-PP bem como os Governos do PS não estão de acordo com a função social da maternidade-paternidade tal com ela está consagrada na lei. Foram e são cúmplices das discriminações das trabalhadoras, grávidas e mães, designadamente as que estão sujeitas a trabalho pre-cário. Fecham os olhos ao facto de ser necessário, investir em infra-estruturas de apoio à criança (creches e infantários) e à juventude com uma oferta de qualidade e a preços acessíveis, o que implicaria assumir compromissos, designadamente com verbas necessárias nos Orçamentos de Estado.

Os partidos de direita – PSD e CDS-PP – querem que as responsabilidades pela renovação das gerações seja feita com a exclusiva responsabilidade das mulheres e das famílias, libertando as empresas e as entidades patronais das suas obrigações no cumprimento dos direitos das grávidas e das mães, e os Governos da adopção de medidas que implementem os apoios sociais necessários.

3 Os Governos do PS falaram muito na necessidade de conciliação da vida familiar e profissional...?

A verdade é que continua a ser difícil para a maioria das mulheres especialmente das camadas mais desfavorecidas, conciliar a vida familiar e profissional. Os prolongados horários de trabalho semanais afectam sectores com grande peso de mão-de-obra feminina. As soluções preconizadas pelo PS (com o apoio dos partidos de direita) apostam na flexibilização dos horários de trabalho, sem direitos, na desregulamentação das relações laborais. Medidas que a serem levadas por diante, criariam às mulheres dificuldades acrescidas à necessária conciliação entre a sua vida profissional e familiar.

4 Parecendo haver consenso quanto à necessidade de promover o planeamento familiar, subsistem tantos atrasos?

Em Portugal a educação sexual nas escolas é praticamente inexistente e o acesso ao planeamento familiar insuficiente. Portugal tem a segunda taxa de gravidez na adolescência na União Europeia.

Os Governos PS têm tido muitas contradições e impasses no cumprimento das leis em vigor, vacilando sempre perante a pressão dos partidos da direita e sectores mais conservadores.

A demagogia dos partidos de direita na defesa do planeamento familiar surgiu pela necessidade de fundamentarem a sua oposição à despenalização do aborto, aquando do referendo de 28 de Junho de 1998. A verdade é que votaram contra e opuseram-se sistematicamente às leis que, desde 1984, consagraram o planeamento familiar e a educação sexual. O mesmo aconteceu com a legislação aprovada na AR em 1999 por iniciativa do PCP, que visou consagrar maior eficácia aos dispositivos legais que garantem o planeamento familiar e a educação sexual. Recorda-se que os partidos de direita, designadamente o CDS-PP, votaram contra a aprovação de uma lei que prevê a distribuição da contracepção de emergência nos Centros de Saúde, nas consultas de planeamento familiar e nos serviços de ginecologia e obstetria dos hospitais. Tem sido levada a cabo uma intensa campanha, promovida pelos sectores mais conservadores, confundindo pílula de emergência com a pílula abortiva, que não está comercializada em Portugal.

5 Dezassete mulheres sentaram-se no banco dos réus acusadas de aborto clandestino?

Em Outubro de 2001 iniciou-se o julgamento de 43 arguidos, 17 dos quais mulheres acusadas de prática de aborto. Todos os anos são registados e investigados, pelas autoridades policiais, casos de aborto e julgadas e condenadas pessoas. Portugal continua a ter uma das leis mais restritivas da União Europeia. Estima-se entre 20 a 40 mil abortos ilegais por ano. Nos últimos 6 anos cerca de 9 mil mulheres portuguesas deslocaram-se a Espanha para realizar abortos em condições de segurança.

Ferro Rodrigues declara que é preciso continuar a esperar, e anuncia que mesmo um novo referendo só se o PSD estiver de acordo. A verdade é que a direcção do PS continua a ser conivente com os partidos da direita, mostrando total insensibilidade perante a manutenção do aborto clandestino e inseguro, que penaliza de forma desumana todas as mulheres que a ele têm de recorrer muito especialmente as mulheres e jovens de menores recursos.

PCP-PEV

